

RCD no HABEAS CORPUS Nº 490.610 - MS (2019/0022864-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : FLAVIO MODENA CARLOS
ADVOGADO : FLAVIO MODENA CARLOS - PR057574
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : FABIO DOS SANTOS TOMAZONI
PACIENTE : EDIVAN DE PAULA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão monocrática proferida pela Presidência desta Corte, em período de recesso forense, que indeferiu liminarmente a petição inicial do *habeas corpus*, nos termos seguintes (e-STJ fls. 35/36):

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de Fabio dos Santos Tomazoni e Edivan de Paula dos Santos, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no Agravo Regimental em HC n. 1400233-41.2019.8.12.0000/50000.

O paciente Edivan foi condenado às penas de 1 ano e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 19 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 180 do Código Penal. O paciente Fabio, por sua vez, foi condenado às penas de 1 ano e 3 meses de reclusão em regime inicial aberto e de 14 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 180 do Código Penal (fls. 12-32).

Do habeas corpus impetrado no Tribunal de origem o relator não conheceu em razão da inadequação da via eleita (fl. 10-11).

Foi, então, interposto agravo regimental, que foi desprovido pelo Tribunal a quo (fls. 6-9).

Alega o impetrante que as penas-base devem ser fixadas no mínimo legal, porquanto foram utilizados fundamentos inidôneos para negativar a circunstância judicial da culpabilidade.

Afirma que não foram apresentados fundamentos aptos para justificar o incremento da pena do paciente Edivan em 1/5, na segunda fase da dosimetria da pena, pelo reconhecimento da agravante da reincidência, devendo o aumento ser reduzido ao mínimo legal de 1/6.

Pontua que o magistrado utilizou as declarações dos réus em suas razões de decidir, de modo que deve haver o

reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, mesmo que ela tenha sido parcial.

Requer, em liminar e no mérito, a redução das penas impostas aos pacientes.

É o relatório. Decido.

A matéria relativa à dosimetria da pena não foi apreciada pela Corte a quo, que não conheceu do pedido formulado na impetração originária e negou provimento ao agravo regimental interposto.

Assim, o exame dessa questão pelo Superior Tribunal de Justiça ensejaria indevida supressão de instância, com explícita violação da competência originária para o julgamento de habeas corpus, definida no art. 105, I, c, da Constituição Federal (HC n. 273.799/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 10/5/2016; RHC n. 98.880/CE, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 14/9/2018).

Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de janeiro de 2019.

Em sua petição (e-STJ fls. 3/5), os impetrantes afirmam que os dois fundamentos utilizados para indeferir o processamento do vertente writ NÃO SÃO, data vênia, consentâneos ao teor do que foi deduzido no petitum inaugural uma vez que, ao contrário do que restou assentado no decisum, não se pretendeu 'o exame dessa questão pelo STJ' e, tampouco, NÃO se requereu 'a redução das penas impostas aos pacientes': o objeto, único, da impetração cingiu-se a obter a vindicada ordem constitucional, em caráter de urgência, de modo a ser determinado à Corte a quo que ela examinasse os temas puramente 'de Direito' levados oportunamente à sua apreciação e que, no entanto, não foram sequer conhecidos ante a justificativa de que a via eleita seria inadequada.

Nesse contexto, pedem a reconsideração da decisão retro e, consequentemente, a concessão da ordem em caráter de urgência.

É o relatório. **Decido.**

De início, entendo ser hipótese de reconsiderar a decisão retro

para dar prosseguimento ao feito, pois embora a Corte local não tenha adentrado no mérito das insurgências deduzidas na impetração originária, a presente impetração volta-se contra a negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal *a quo*.

Assim, passo ao exame do pedido liminar.

De início, importa considerar que o presente *habeas corpus* não deve ser conhecido, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Porém, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois a Corte de origem apresentou justificativa para a negativa de análise da matéria então impugnada, revelando-se necessário obter informações pormenorizadas da origem sobre a eventual interposição de recurso de apelação pelas partes e respectivo julgamento, se for o caso.

Além disso, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, com ênfase para a situação processual do paciente e sobre a eventual interposição de recurso de apelação pelas partes e respectivo julgamento, se for o caso, além do envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

